

Educação Física e Desporto Escolar: Complementaridade e Interdependência

Carlos Alberto Gonçalves

Comecemos por tentar desde já, e de forma tão objectiva quanto possível, responder à questão colocada no título deste painel: Educação Física e Desporto Escolar: coexistência, conflito ou complementaridade?

Julgamos que a resposta correcta será a de: complementaridade e interdependência.

Na verdade, é essencial que se considere a actividade curricular da Educação Física como constituindo um factor decisivo para o crescimento e para a educação, da criança e do jovem. Por seu lado o desporto escolar tem também uma formação específica, importante, que se desenvolve em termos diferentes da actividade curricular. As duas funções exercem relações mútuas entre si levando-nos a considerar que a ausência de uma delas provoca automaticamente o emprobecimento do processo formativo global.

Nesta perspectiva não faz qualquer sentido que entre aquilo que o professor realiza na actividade curricular e no tempo livre do aluno, não haja uma íntima relação. De um ponto de vista pedagógico pensamos que o professor só pode entender a sua intervenção na Escola como um processo unitário tornado coerente por um projecto global. O que necessariamente implica:

- a) Que o conteúdo do ensino seja apresentado em ciclos ou unidades temáticas ou didácticas, estrutural e funcionalmente relacionadas.
- b) A definição de objectivos próprios e técnicas específicas de acção do desporto escolar.

O que facilitará a obtenção de uma sintonia de planificação entre as aulas de Educação Física curriculares e o desporto escolar, particularmente ao nível dos conteúdos, objectivos e intenções (BENTO, 1988). Objectivos subordinados às mesmas finalidades, nas duas actividades educativas, mas ambas com o seu significado próprio, o que necessariamente determina não uma subordinação implícita do desporto escolar à Educação Física curricular qual relação de causa-efeito, mas antes, sublinhamos, relações de interdependência e de complementaridade.

Importará pois, estabelecer-se uma sequência, uma continuidade, entre educação física curricular — dinamização das actividades desportivas internas — competições desportivas inter-escolas. Não será portanto aceitável, nem tão pouco justificável, a participação de equipas representativas de Escolas em quadros competitivos, sem que os mesmos alunos disponham de aulas curriculares, ou sem que a Escola tenha uma organização interna que justifique aquela participação.

Expressa a nossa posição sobre a questão colocada como título deste painel, permitam-nos que apresentemos alguns contributos para a abordagem e discussão de algumas questões relacionadas com o título genérico deste Simpósio: Desporto Escolar: formação para novas competências, e quais sejam as do planeamento, gestão e orientação pedagógica das actividades do desporto escolar.

Tentaremos fazê-lo numa abordagem tão sistematizada quanto possível, mas não necessariamente hierarquizada. Tratar-se-á antes do mais do alinhar de um conjunto de reflexões capazes de contribuir para a elaboração de uma doutrina unitária para o desenvolvimento qualitativo da educação física e desporto escolar entre nós.

1 — A única explicação credível para a existência de desporto escolar só se pode encontrar na criança e no jovem. Ou, se preferirmos, a questão básica do desporto escolar antes de ser uma questão desportiva é, antes do mais um assunto do domínio da educação. Esta é, julgamos, a perspectiva pela qual o professor deve nortear a sua actividade. Será assim fácil aceitarmos que o desporto escolar não pode separar-se da acção educativa da Escola, concebida em termos globais e entendida como uma obra colectiva onde vários actores devem desempenhar papéis e funções específicas.

O que deve estar em causa acima de tudo, é a formação da juventude na perspectiva de um indivíduo adulto consciente da sua função social e do seu papel individual. O desporto escolar, visando o desenvolvimento das capacidades, contribuindo decisivamente para a educação do espírito da iniciativa, da autonomia e da responsabilidade participativa, deve constituir um factor decisivo para aquela formação.

No sentido de se alcançarem estes objectivos importará que cada Escola crie órgãos próprios com a responsabilidade específica de estruturação e desenvolvimento das actividades do desporto escolar, a nível

interno. Nestes órgãos, a participação dos alunos, crianças ou jovens, deve ser considerado como um factor prioritário, visando um empenhamento responsável do seu maior número, na elaboração e implementação de um verdadeiro projecto colectivo, envolvendo professores, alunos, as diferentes estruturas da Escola, a comunidade envolvente. É neste quadro que o desporto escolar deve procurar, por um lado, criar condições para uma responsabilização participativa e progressiva dos alunos e por outro, permitir-lhes a resposta a necessidades de afirmação individual e colectiva (MELO DE CARVALHO, 1987).

Diríamos que a nível de Escola o carácter participativo dos alunos deve colocá-los no centro das preocupações de toda a organização, pelo que a estrutura a montar, consubstanciando um projecto educativo colectivo, deve garantir:

- a) Que os valores da entreatajuda, cooperação e responsabilização, solidariedade e respeito, predominem sobre os inerentes à filosofia da competição exacerbada e da lógica da vitória a todo o custo.
- b) Que o desporto escolar constitua um lugar de encontro entre a Escola e a Comunidade traduzido entre outros factores, pelo relacionamento com o desporto federado, na perspectiva do prolongamento do acto educativo para além da Escola e pelo estabelecimento de relações permanentes com as Autarquias, elas próprias dotadas de estruturas específicas de acolhimento às necessidades de implementação e desenvolvimento do desporto escolar.

2 — Ao reconhecermos a importância do valor formativo do desporto escolar, é evidente que só um Educador o pode compreender e organizar. É a ele que competirá decidir qual a orientação pedagógica mais correcta a transmitir ao planeamento e gestão do desporto escolar, no sentido de maximizar as potencialidades educativas que este encerra.

Como refere MELO DE CARVALHO (op. cit.) «a sua acção não pode ser confundida com a do dirigente do desporto federado nem tão pouco com a de treinador da secção desportiva de um clube. Logo, não é questão para ser abordada por 'antigos praticantes' ou por cidadãos com 'currículo desportivo'. São funções distintas, com finalidades diferentes, a implicarem diferentes metodologias de acção e uma orientação pedagógica própria.»

As actividades do desporto escolar assumem uma complexidade técnica, didáctica e educativa tal, que só a intervenção do professor de Educação Física constituirá um potencial garante da qualidade formativa das actividades. Trata-se de uma simples questão de competências, de intervenção qualitativa do acto educativo.

Tal não significa que, e em especial no desenvolvimento do segundo nível de actividades, não possam intervir outros elementos da comuni-

dade, reconhecendo-se como podendo prestar um eventual contributo valioso à acção dos professores, mas é a estes que deve competir o papel central e não o inverso.

As relações do desporto escolar com a comunidade escolar e com a comunidade exterior não só são necessárias como eventualmente indispensáveis, mas a esta última competirão, fundamentalmente, funções de apoio e colaboração e nunca funções de direcção ou de enquadramento do desporto escolar.

3 — Se concebemos o processo educativo a desenvolver na educação física e desporto escolar sob um ponto de vista unitário, e defendemos a importância decisiva dos professores de Educação Física na sua orientação, torna-se indispensável que estes possuam os meios indispensáveis para poderem escrever a sua função, quer no domínio das técnicas quer no plano da formação social afectiva. Será legítimo considerar-se como um desses meios, quiçá determinante, o das instalações desportivas escolares. A este propósito permitam-nos que façamos referência a algumas ideias já expressas numa comunicação apresentada no IV Forum Horizonte e num artigo elaborado em colaboração com o nosso colega José Manuel Constantino, constante do Dossier inserto no n.º 30 da revista Horizonte.

«As instalações para a leccionação da Educação Física e para a prática do Desporto Escolar, devem forçosamente ser encaradas como parte de um TODO.

A Escola necessita de dispor de espaços que permitam realizar com eficácia o acto pedagógico nas actividades físicas e desportivas curriculares, na formação desportiva dos jovens e no desporto escolar.

A concepção e a tipologia das instalações a implantar têm de obedecer a uma óptica que se apoie em critérios cientificamente racionalizados e que garantam não apenas a eficácia da sua concepção, localização e construção, mas igualmente, a sua função de equipamento ao dispôr da Escola e da Comunidade.

Afigura-se-nos evidente que se qualquer instalação desportiva escolar exige recursos financeiros significativos, é indispensável garantir que essas instalações obedeçam a preocupações que permitem compatibilizar uma utilização escolar com uma utilização comunitária.

Esta preocupação deve contudo subordinar-se a uma outra. É a de que a conceptualização a que deve obedecer as referidas instalações deve responder prioritariamente às necessidades específicas do processo ensino-aprendizagem da Educação Física e do Desporto Escolar as características dos utentes, crianças e jovens e não visando de forma determinante, a utilização pelos adultos, seja qual for a sua

inserção na comunidade e sem ter obrigatoriamente de obedecer às imposições de estruturação normalizada inerentes às competições federadas. Ou seja, as instalações desportivas escolares devem servir prioritariamente as suas necessidades concretas e específicas.

Afigura-se-nos pois, que todo o equipamento desportivo escolar terá de ser considerado como um factor condicionante da qualidade do ensino e valorizado como espaço onde a acção educativa e formativa da disciplina não pode igualmente deixar de ser empreendida no âmbito da saúde, higiene e relacionamento inter-individual dos alunos.

É hoje um dado adquirido o entender-se que toda a tipologia de instalações desportivas escolares deverá ser definida em função da organização vertical dos currículos dos diferentes graus de ensino, respeitando-se conseqüentemente, os objectivos da disciplina fixados para cada grau.

É a concepção do desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar que queremos implantar, que deve preceder a concepção das instalações para a sua prática e não a inversa.

A tipologia das instalações e a sua construção deverão, portanto, obedecer a critérios que permitam diferenciar para cada Escola as suas necessidades específicas, respeitar os diferentes graus de ensino e os objectivos da disciplina e em cada um dos graus as características antropométricas próprias das populações escolares a que se dirigem.»

A propósito do programa RIID (Rede Integrada de Infraestruturas Desportivas), em vigor como é do vosso conhecimento, desde 1989, e que visa dotar de instalações desportivas as Escolas que ainda as não possuem, objectivo a ser cumprido até 1992, conforme desejo repetidamente expresso pelo Ministério da Educação, permitam-nos igualmente o renovar de algumas apreensões que desde aquela data vimos repetidamente anunciando. Eis alguns aspectos que as justificarão:

- a) Tipologia de equipamento proposto idêntico para todas as Escolas, não considerando as necessidades dos diferentes graus de ensino (será que a tipologia das instalações a implantar numa Escola do 2.º ciclo do ensino básico deverá ser idêntica à tipologia das instalações de uma Escola do 2.º ciclo do ensino básico mais ensino secundário?) nem tão pouco considerando as exigências inerentes a Escolas com diferentes populações escolares (será defensável a mesma tipologia para uma Escola do 2.º ciclo com 950 alunos e 35 turmas e para uma Secundária com 2300 alunos e 80 turmas?);
- b) a não articulação das dimensões propostas para a considerada «unidade polivalente de base» com as necessidades do processo

de ensino-aprendizagem dos desportos colectivos, remetendo potencialmente os alunos para frequentes e prolongadas situações de «espera» contrárias às recomendações dos metodólogos no que concerne à necessidade do educador proporcionar aos alunos tempos elevados de empenhamento motor específico.

- c) A omissão entre a necessidade da conjugação em cada Escola, dos espaços cobertos e descobertos necessários à prática da Educação Física e do Desporto Escolar.

A não se proceder a uma serena reflexão e cuidada ponderação entre todos os responsáveis pelos projectos das referidas instalações, que continuam a ser implantadas, e entidades representativas dos profissionais de Educação Física, corre-se o grave risco de se investirem significativos recursos financeiros em tipologias de instalações que não vão atender às necessidades concretas e específicas das Escolas, do processo de ensino-aprendizagem, da valorização qualitativa da relação professor-aluno, mas antes a Escola vai servir para satisfação de outros interesses que não necessariamente ou prioritariamente os seus.

4 — A prática desportiva não é educativa em si mesma, da mesma forma que não existem actividades formativas em si mesmas. Tal significa que é a sociedade no seu conjunto, através dos diferentes agentes de socialização (pais, amigos, treinadores, televisão, etc.) e o professor como seu agente formativo primordial, que dão o significado à actividade.

Referimos atrás a importância da acção e o papel insubstituível do professor de educação física no planeamento, gestão e orientação pedagógica do desporto escolar.

Antes de proseguirmos permitam que vos refira sumariamente os resultados elementares de um pequeno estudo efectuado no ano lectivo de 1989-90, em 10 Escolas dos ensinos preparatório e secundário do Concelho de Oeiras, nenhuma delas, na altura com actividades organizadas no âmbito do desporto escolar, envolvendo 434 alunos praticantes de desporto juvenil federado, com uma idade média de 12,6 anos (GONÇALVES, 1990).

As duas questões básicas do estudo diziam respeito, por um lado à possível influência dos agentes de socialização no comportamento dos jovens desportistas e por outro, à percepção que estes mesmos teriam face ao grau de aceitação por esses agentes do uso de comportamentos ilegais ou anti-desportivos. De entre os agentes considerados (professores de educação física, treinadores, pais, amigos e televisão), os professores de educação física, na Escola, aparecem claramente como sendo o grupo considerado como exercendo a menor influência no comportamento dos jovens inquiridos, mas por outro lado, o mesmo grupo aparece, considerado por rapazes e raparigas, praticantes de desportos

individuais ou colectivos como sendo o grupo mais exigente, aquele que mais dificilmente aceitaria ou concordaria com a adopção daquele tipo de comportamentos na prática desportiva competitiva, ou seja, como sendo aqueles que emitem um julgamento moral mais severo. Uma possível razão para esta constatação poderá encontrar-se no facto de grande parte dos professores dos jovens inquiridos, estarem afastados do processo competitivo do desporto para jovens, não participarem na sua concepção e desenvolvimento, demonstrando conseqüentemente uma falta de interesse, emocional e psicológico, pela prática desportiva competitiva.

Talvez exactamente por isso revelam uma perspectiva crítica face a essa realidade, adoptando um critério de extrema exigência nos seus julgamentos morais em relação ao modo como avaliam os comportamentos de todos os intervenientes nesse tipo de prática desportiva, mas de forma particular e mais exigente, no que se refere ao comportamento dos jovens. Adoptam uma visão aséptica, esterilizada, da prática desportiva federada, contrária à exploração das potencialidades educativas do desporto.

Por outro lado, e simultaneamente aos resultados deste estudo, quando observamos o comportamento dos professores que são responsáveis pelo enquadramento das equipas que participam nas competições escolares, o que deparamos infelizmente com certa frequência, nalguns deles, num panorama só aparentemente contraditório com o descrito anteriormente?

Grande semelhança entre o seu comportamento e o dos treinadores de equipas jovens do desporto federado, e mais grave ainda, total identificação com os comportamentos detectados no desporto de competição dos adultos. Como «treinadores», os professores orientam (?) as suas equipas levantando-se, protestando, gritando, procurando influenciar as arbitragens, provocando um clima de agressividade entre todos os participantes nas competições, numa perspectiva filosófica de «vitória a todo o custo», única que parece capaz de valorizar a sua promoção pessoal e relevar o seu estatuto junto das entidades responsáveis, Escola, colegas, pais dos alunos, etc. Pais dos alunos que, refira-se a propósito, assistem frequentemente às competições do desporto escolar criando regularmente um ambiente competitivo em quase tudo análogo ao que sucede num jogo federado de seniores...

Bem, se os professores:

- Não concebem e montam a nível Escola, uma estrutura organizativa interna, capaz de mobilizar, em diferentes funções, o maior número de alunos, conferindo-lhes responsabilidades repartidas e progressivas no desenrolar das actividades.
- Durante um processo que implica aprendizagem, exercitação e treino, não são capazes de, por um lado dirigir e orientar, e por

outro, ensinar, demonstrar, estimular e motivar todos os que consigo trabalham.

- Enquanto responsáveis pelo enquadramento de equipas escolares que participam em competições não exercem plenamente o seu papel de modelo, de atitudes e comportamentos, capaz de influenciar as crianças e os jovens, os seus pais, os árbitros, afinal todos os que participam nas actividades competitivas inter-escolas.
- Se demitem, não desempenhando funções no planeamento, gestão e orientação pedagógica do desporto escolar, ou se mais grave ainda, aceitam fazê-lo reduzindo as suas funções exclusivamente às de mero treinador ou de «descobridor de talentos», então como é possível defender-se a função insubstituível dos professores como garante da qualificação educativa do desporto escolar!?

Situação que inevitavelmente conduzirá à abordagem de outras questões, quais sejam:

- A conquista da identidade sócio-profissional dos professores enquanto agentes decisivos de todo o processo educativo e à consequente valorização da sua acção profissional.
- A aceitação imperiosa da educação física e do desporto escolar, entendidos como matéria de ensino, o que reclama do professor uma base material de suporte — a competência, competência, afinal, capaz de transmitir a noção de intencionalidade na acção educativa (MATOS, 1990).
- A formação científica, didáctica e pedagógica, no respeito por valores e princípios capazes de integrarem um código de ética e de deontologia profissionais.

5 — O Prof. Dr. Gustavo Pires, Coordenador do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, numa comunicação apresentada no II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, realizado no Porto em Fevereiro último, referiu alguns dados indicadores do desporto escolar apontando entre outras as seguintes taxas de crescimento entre os anos lectivos de 1988-89 e 1990-91:

Escolas	—	+ 182.76 %	(406 → 742)
Equipas	—	+ 178.81 %	(2176 → 3981)
Professores	—	+ 303.51 %	(1282 → 3891*)
Alunos	—	+ 178.81 %	(43 520 → 77 820)

* Deverá haver um lapso na indicação deste número já que segundo o GEP — Imagens Estatísticas do sistema educativo — haveria no ano lectivo de 1989-90 um total de cerca de 4100 professores de educação física a leccionarem nos ensinos preparatório e secundário...

Números que não podem deixar de causar satisfação e de significar inequivocamente um aumento apreciável do número de todas as estruturas envolvidas no desporto escolar. O que, simultaneamente possibilitará a confirmação da incorrecção da concepção e o desajustamento funcional do período organizacional anterior, vigente desde 1986, designado por «livre associativismo juvenil» e baseando o desenvolvimento do desporto escolar nas federações desportivas.

Se aqueles são dados reconhecidamente positivos, a questão fulcral é para nós, no entanto, outra.

Será que aquele crescimento foi acompanhado de um desenvolvimento qualitativo do desporto escolar? Ou, mais objectivamente, será que aquele crescimento correspondeu a uma educação física curricular para maior número de alunos? A uma correspondência entre a aplicação progressiva dos novos conteúdos curriculares e as diferentes fases de desenvolvimento do desporto escolar? Será que a maioria dos jovens que participou nas competições inter-escolas foi antes sujeito de participação de um processo de dinamização desportiva interna, na sua Escola, e por último poderá entender-se a participação daquele número de crianças e jovens como correspondendo a solicitações de um quadro competitivo devidamente estruturado de acordo com as suas capacidades e os seus períodos de desenvolvimento?

Perante estas interrogações a nossa resposta não pode deixar de ser negativa. Debrucemo-nos somente, por naturais limitações do tempo que nos foi concedido, sobre a questão da estruturação do quadro competitivo que deve ser oferecido às crianças e jovens no âmbito do desporto escolar.

A nível de organização interna da Escola, a mobilização e o funcionamento de todos os intervenientes não deve ter como objectivo constituir uma estrutura organizativa copiada da estrutura federada e dirigida aos adultos. Na sua essência deve ter como finalidades prioritárias garantir a simultaneidade da aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas desportivas e do acesso a uma verdadeira educação desportiva com a abordagem permanente dos verdadeiros problemas éticos e sociais que visem garantir a sociabilização dos alunos.

Não há lugar para se estabelecerem comparações com as organizações desportivas federadas. O carácter da organização, a nível interno de cada Escola, será sempre de se considerar próprio e específico.

No que respeita ao quadro competitivo inter-escolas esta deve basear-se numa visão pedagógica e educativa recusando a selectividade como único critério de estruturação. Deve obedecer, prioritariamente às capacidades diferenciadas pela maturação das crianças e dos jovens, nos seus diferentes períodos de desenvolvimento. Deve o desporto escolar infantil (10-12/13 anos) incluir competições inter-escolas?

Ignorar a competição ou excluí-la do processo de formação desportiva da criança, não deixaria de constituir um erro (até porque não

corresponderia aos interesses e motivações mais profundas das crianças), representaria uma decisão que sem qualquer justificação pedagógica provocaria inevitáveis reflexos negativos no desenvolvimento das suas capacidades.

É evidente que quando defendemos um quadro competitivo para as actividades desportivas escolares destes escalões etários não estamos a pensar numa estrutura baseada nos «modelos federados» onde os confrontos e as rivalidades agressivas são os factores dominantes.

A competição escolar infantil deve obedecer a um modelo de organização próprio, onde as rivalidades e os antagonismos sejam bem substituídos por uma sã emulação, idêntica afinal à que se estabelece no grupo infantil e pela aceitação dos resultados do confronto individual ou entre grupos, como consequência de natural expressão de superioridade momentânea.

A competição constitui para o professor uma excelente oportunidade para identificar os traços dominantes do comportamento das crianças, fornece-lhes elementos indispensáveis para avaliar a correcção do seu processo de ensino, possibilita-lhes reformular os seus «planos de trabalho», neles incluindo, eventualmente, novas habilidades e conhecimentos a abordar; e que tendo em conta as capacidades evidenciadas e colectivamente permita corrigir a «maneira de jogar» e consequentemente ensinar a jogar cada vez melhor.

O confronto entre grupos (equipas) solicita à criança uma valorização individual e provoca uma estruturação de funções dentro do próprio grupo. Tal como refere TEOTÓNIO LIMA (1987), «a competição deve assumir acima de tudo um carácter recreativo e festivo. Competição que não seja festa, convívio, comunicação, não tem a ver com desporto infantil.»

O quadro competitivo deve traduzir-se num programa de muitos jogos, muitas competições assumindo fundamentalmente características de torneios amigáveis, torneios por convite, provas combinadas, etc... de modo a que as oportunidades das crianças terem sucesso desportivo sejam frequentes e diversificadas e em que a preocupação de criar novos conceitos de êxito sejam uma constante. As competições de âmbito regional ou nacional devem ser reduzidas e serem aproveitadas para a realização de outras manifestações ou «acontecimentos» que não somente os referentes às competições desportivas.»

A competição não pode pois deixar de ser considerada um instrumento pedagógico importante no processo de formação desportiva da criança, cabendo aos professores saber transmitir-lhes um cunho vincadamente educativo e dela extrair as «consequências» indispensáveis à orientação da sua intervenção pedagógica.

A forma como os professores assegurarem, o enquadramento pedagógico das actividades e a integração das crianças em quadros competitivos escolares que correspondam às suas motivações, constitui ainda

um factor determinante no prolongamento da sua vida de praticantes desportivos (GONÇALVES, 1988).

No que se refere ao desporto escolar juvenil, que no caso consideramos como correspondendo ao período etário dos 13-16/17 anos, período em que se verificam desfasamentos sensíveis entre os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento bio-psicológico dos jovens, o quadro competitivo a montar deverá ter como preocupação a correcção dos excessos da competição e da «campionite», com a eliminação prematura dos «mais fracos» através de competições normalmente de curta duração e disputadas a eliminar.

A finalidade a perseguir será o de proporcionar um maior número de êxitos e sucessos individuais e colectivos, de acordo com objectivos correctamente avaliados e que constituem um desafio permanente às capacidades dos jovens. Onde a meta será o de Amanhã serem melhores do que Hoje, mas não necessariamente os melhores. É evidente que somos favoráveis à realização de competições escolares a nível regional e nacional, para este escalão etário, desde que rodeadas de precauções pedagógicas, na sua estruturação e envolvimento, e desde que constituam a parcela menor da prática desportiva anual dos jovens.

Pelo que referimos julgamos ter deixado claro que a questão do desporto escolar não pode ficar reduzida ou constituir prioritariamente, uma questão de oferta de quadros competitivos, nem tão pouco a nível de cada Escola, resumir-se a uma selecção dos «melhores» para satisfazer os compromissos competitivos assumidos pela Escola, de modo a que esta venha a beneficiar dos apoios concedidos para o efeito pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, apoio esse considerado uma ajuda significativa, tendo em conta as carências gritantes com que as Escolas se debatem no desenvolvimento das aulas curriculares de educação física. É seguramente algo de mais complexo e bem mais exigente.

Regressemos à questão inicial da complementaridade entre a educação física e o desporto escolar. É a nossa convicção que esta relação não existe somente entre estas duas actividades. A formação inicial e contínua dos professores não deverá levar em consideração os conteúdos programáticos da educação física curricular? E a orientação metodológica a conferir ao desporto escolar não deverá estar interrelacionada com aqueles? As instalações desportivas escolares, cobertas e descobertas, não devem atender, não só às necessidades decorrentes daqueles conteúdos, como igualmente às necessidades específicas do desporto escolar? E a Inspeção do Ensino não deve ser entendida como um órgão de revelante importância no acompanhamento e apoio ao desenrolar das actividades? A resposta a estas interrogações não pode deixar de ser inequivocamente afirmativa.

Na verdade as questões da relação entre a educação física e o desporto escolar; da tipologia das instalações desportivas; da formação

inicial e contínua dos professores; da actuação da Inspeção do Ensino, constituem factores indissociáveis que, como tal, se interpenetram e influenciam reciprocamente. O que nos leva a considerar para além de uma mera abordagem parcelar, isolada, de cada um deles, a indispensabilidade de uma visão global e de um tratamento integrado de todos eles.

Nesta perspectiva de abordagem importará que, para além deste ou daquele factor de forma isolada, as situações apontadas para cada um tenham em conta o que se projecta como solução no outro e vice-versa. Afinal para que também neste domínio se atenda ao princípio do que o Todo é sempre algo de diferente do simples somatório das suas partes.

Mas será esta a perspectiva dominante actual?

Eis uma questão cuja resposta deixamos à vossa consideração na convicção de que ela dependerá, em boa medida, o futuro da educação física e do desporto escolar entre nós.

A terminar, um pedido de desculpas. Devido fundamentalmente à falta de originalidade patente nesta comunicação. Na realidade muitas das ideias expressas e orientações preconizadas, foram já seguidas e implementadas nas décadas de 50-60, por alguns professores de educação física, de entre os quais me permito destacar: Orlando Serradas Duarte, no Liceu D. João de Castro; Noronha Feio, na Escola Industrial Infante D. Henrique, no Porto; Mário Lemos, no Colégio Militar e Escola Preparatória Francisco Arruda; José Esteves, no Liceu Nacional de Oeiras, e que continuam hoje a ser defendidas em vários escritos dos colegas Teotónio Lima, Melo de Carvalho e Jorge Bento.

Não será oportuno retomarmos a sua análise e discussão?

Bibliografia

- BENTO, J. O. (1988). *Para uma formação desportivo-corporal na Escola. Projecto de organização da Educação Física e do Desporto Escolar*. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Universidade do Porto.
- GONÇALVES, C. (1988). O Desenvolvimento do Jovem Praticante Desportivo. In *Manual do Monitor*. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
- GONÇALVES, C. (1989). As Instalações Desportivas: da Escola ao Clube; do Clube à Comunidade. Comunicação apresentada no *IV Forum Horizonte*. Lisboa
- GONÇALVES, C., CONSTANTINO, J. C. (1989). As Instalações Desportivas Escolares. *Dossier vol. v, n.º 30, Revista Horizonte*.
- GONÇALVES, C. (1990). *O Espírito Desportivo e os Jovens Praticantes Desportivos*. Câmara Municipal de Oeiras; Divisão de Cultura, Desporto e Turismo; Serviços Municipais de Desporto.
- LIMA, T. (1987). Competições para Jovens. *Treino Desportivo*; II série, n.º 6, Lisboa.
- MATOS, Z. (1990). Professor de Educação Física — aspectos éticos da sua profissão. In *Desporto — Ética — Sociedade*; Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Universidade do Porto.

- MELO DE CARVALHO, A. (1987). *O Desporto Escolar; Inovação Pedagógica e Nova Escola*. Editorial Caminho. Lisboa.
- PIRES, G. (1991). O Desporto Escolar no Quadro do Processo do Desenvolvimento do Desporto. Comunicação apresentada no *II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. Porto.